

O ÍNDICE PAULISTA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL – IPRS

Desde sua criação em 2000, no âmbito do Fórum São Paulo no Século XXI, o Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS tornou-se um dos indicadores mais utilizados para o acompanhamento da situação social e econômica dos municípios paulistas, pois trata-se de um sistema de indicadores capaz de identificar os elementos que induzem diferentes performances econômicas e sociais dos municípios do Estado.

A quarta edição do IPRS fornece aos usuários desse sistema de indicadores informações atualizadas e fidedignas sobre o conjunto do Estado, suas regiões administrativas e seus 645 municípios, propiciando importantes subsídios para formulação e avaliação de políticas públicas na esfera municipal do Estado de São Paulo.

O IPRS acompanha o paradigma que sustenta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), proposto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Esse modelo pressupõe a insuficiência da renda *per capita* como o único indicador das condições de vida de uma população, considerando que outras dimensões devem ser incluídas quando se pretende mensurar as condições de vida de uma sociedade. As dimensões incorporadas à renda no IDH são a longevidade e a escolaridade, adicionando-se assim as condições de saúde e de educação das populações para a geração de um indicador mais abrangente sobre condições de vida.¹

Dessa forma, procurou-se construir, para o Estado de São Paulo, um indicador que preservasse as três dimensões componentes do IDH – renda, escolaridade e longevidade –, tendo, no entanto, certas especificidades. A primeira, e mais importante, consistiu na elaboração de uma tipologia de municípios que permitisse identificar, simultaneamente, o estágio de desenvolvimento de um determinado município nas três dimensões consideradas: renda, escolaridade e longevidade. Esse tipo de indicador, apesar de não ser passível de ordenação, permite maior detalhamento das condições de vida existentes no município, o que, com certeza, é o mais importante quando se pensa no desenho de políticas públicas específicas para áreas com diferentes níveis e padrões de desenvolvimento.²

¹ PNUD. Desenvolvimento humano e condições de vida: indicadores brasileiros. Brasília. PNUD, 1998.

² TORRES, H.G.; FERREIRA, M.P.; DINI, N.P. Indicadores sociais: por que construir indicadores como o IPRS. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, Fundação Seade, v.17, n.3-4, 2003.

Em segundo lugar, procurou-se a incluir variáveis capazes, na medida do possível, de captar mudanças nas condições de vida do município em curto espaço de tempo (quatro ou cinco anos). E, em terceiro, baseou-se prioritariamente em registros administrativos, que satisfazem as condições de periodicidade e cobertura, necessárias para atualização do indicador nos anos entre os censos demográficos e para todos os municípios do Estado. Assim, apesar de representarem as mesmas dimensões, as variáveis escolhidas para compor o indicador são distintas daquelas empregadas no cálculo do IDH.

A partir desses parâmetros, compôs-se o IPRS de quatro indicadores: três setoriais, que mensuram as condições atuais do município em termos de renda, escolaridade e longevidade – permitindo, nesse caso, o ordenamento dos 645 municípios do Estado de São Paulo segundo cada uma dessas dimensões –; e uma tipologia constituída de cinco grupos, denominada grupos do IPRS, resumindo a situação dos municípios segundo os três eixos considerados.

Em cada uma das três dimensões consideradas no IPRS, foram criados indicadores sintéticos que permitem a hierarquização dos municípios paulistas conforme seus níveis de riqueza, longevidade e escolaridade. Esses indicadores são expressos em uma escala de 0 a 100 e constituem uma combinação linear das variáveis selecionadas para compor cada dimensão. A estrutura de ponderação foi obtida de acordo com um modelo de análise fatorial, em que se estuda a estrutura de interdependência entre diversas variáveis.³

O Quadro 1 sintetiza as variáveis consideradas em cada uma das dimensões do IPRS e a estrutura de ponderação obtida.

³ FUNDAÇÃO SEADE: *Índice Paulista de Responsabilidade Social – metodologia*. São Paulo, Fundação Seade, 2004. Disponível em <http://www.seade.gov.br/produtos/iprs/pdf/metodologia.pdf>

Quadro 1
Síntese das Variáveis Seleccionadas e Estrutura de Pesos Adotada,
segundo Dimensões do IPRS

| Dimensões | Componentes | Contribuição para o indicador sintético |
|-------------------|--|---|
| Riqueza Municipal | Consumo residencial de energia elétrica | 44% |
| | Consumo de energia elétrica na agricultura, no comércio e nos serviços | 23% |
| | Remuneração média dos empregados com carteira assinada e do setor público | 19% |
| | Valor adicionado fiscal <i>per capita</i> | 14% |
| Longevidade | Mortalidade perinatal | 30% |
| | Mortalidade infantil | 30% |
| | Mortalidade de adultos de 15 a 39 anos | 20% |
| | Mortalidade de adultos de 60 anos e mais | 20% |
| Escolaridade | Porcentagem de jovens de 15 a 17 anos que concluíram o ensino fundamental | 36% |
| | Porcentagem de jovens de 15 a 17 anos com pelo menos quatro anos de escolaridade | 8% |
| | Porcentagem de jovens de 18 a 19 anos que concluíram o ensino médio | 36% |
| | Porcentagem de crianças de cinco e seis anos que freqüentam a pré-escola | 20% |

Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS .

O indicador de *riqueza municipal* procura captar, ao mesmo tempo, a riqueza do município (por intermédio das variáveis consumo de energia elétrica na agricultura, no comércio e em serviços e valor adicionado *per capita*) e a renda familiar (por meio das variáveis consumo de energia elétrica residencial e rendimento médio dos empregados no setor privado com carteira assinada e no setor público). As fontes de informações utilizadas foram os registros administrativos fornecidos pelas Secretarias de Estado dos Negócios da Fazenda e da Energia do Estado de São Paulo e do Ministério do Trabalho e Emprego.

Para a dimensão longevidade, optou-se por um indicador fundamentado em quatro tipos de mortalidade, em detrimento da esperança de vida, o que, a rigor, permite captar as condições médias da mortalidade de determinada região para todos os diferentes grupos de idade. Essa escolha baseou-se no forte componente inercial que um indicador como a esperança de vida carrega, o que o torna incapaz de revelar as particularidades da mortalidade em diferentes regiões. O indicador de *longevidade*

do IPRS é expresso pela combinação das seguintes taxas de mortalidade específicas: perinatal, infantil, de adultos de 15 a 39 anos e de pessoas de 60 anos e mais. A ênfase nessas variáveis deveu-se às especificidades do Estado, com crescente mortalidade de adultos e significativos problemas de óbitos maternos e perinatais, abrangendo os natimortos. As fontes de informação foram os dados do registro civil organizados e disponibilizados pela Fundação Seade. Da mesma forma, utilizaram-se às projeções populacionais para as faixas etárias específicas, produzidas por esta Fundação.

Na construção do indicador de *escolaridade*, enfatizou-se a situação escolar de crianças, adolescentes e jovens. As razões para isso foram, em primeiro lugar, o fato de que o nível de escolaridade dos jovens e adolescentes reflete, com maior precisão, a situação geral do sistema de ensino nos últimos anos e, em segundo lugar, porque os jovens comporão a força de trabalho no futuro. Assim, os locais com menor escolaridade nesses segmentos populacionais tendem e tenderão a ter, em geral, mais problemas no que diz respeito à inserção desses indivíduos no mundo do trabalho, uma vez que o mercado é crescentemente seletivo de acordo com a escolaridade. Nesse sentido, o indicador combina o nível de escolaridade dos adolescentes e jovens (por meio das variáveis porcentagem de jovens de 15 a 17 anos que concluíram o ensino fundamental e proporção de jovens de 18 e 19 anos com ensino médio completo), a frequência à educação infantil (porcentagem de crianças de cinco e seis anos que freqüentam a pré-escola) e a questão do analfabetismo funcional (proporção de jovens de 15 a 17 anos com pelo menos quatro anos de escolaridade). As fontes de dados utilizadas foram o Censo Demográfico e o Censo Escolar realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), órgão pertencente ao Ministério da Educação (MEC).

Além de sintetizarem a situação de cada município no que diz respeito a riqueza, escolaridade e longevidade, tais indicadores foram combinados, gerando uma tipologia que classifica os 645 municípios do Estado de São Paulo em cinco grupos com características similares de riqueza municipal, longevidade e escolaridade. Essa tipologia permite a identificação da situação de cada um dos municípios paulistas nas três dimensões consideradas. A construção dos cinco grupos baseou-se em técnicas de estatística multivariada que, a partir da identificação de cinco grupos de municípios com padrões similares em termos de condições de vida, possibilitaram sua definição operacional. Para tanto, os três indicadores sintéticos foram transformados em uma escala discreta, formada pelas categorias baixa, média e alta (no caso do indicador de riqueza municipal definiu-se apenas as categorias baixa e alta). O Quadro 2 apresenta

os critérios de formação de cada um dos cinco grupos que compõem a tipologia de municípios do IPRS.

Quadro 2
Crítérios Adotados para a Formação dos Grupos de Municípios

| Grupos | Categorias |
|---------------|--|
| Grupo 1 | Alta riqueza, alta longevidade e média escolaridade Alta riqueza, alta longevidade e alta escolaridade Alta riqueza, média longevidade e média escolaridade Alta riqueza, média longevidade e alta escolaridade |
| Grupo 2 | Alta riqueza, baixa longevidade e baixa escolaridade Alta riqueza, baixa longevidade e média escolaridade Alta riqueza, baixa longevidade e alta escolaridade Alta riqueza, média longevidade e baixa escolaridade Alta riqueza, alta longevidade e baixa escolaridade |
| Grupo 3 | Baixa riqueza, alta longevidade e alta escolaridade Baixa riqueza, alta longevidade e média escolaridade Baixa riqueza, média longevidade e alta escolaridade Baixa riqueza, média longevidade e média escolaridade |
| Grupo 4 | Baixa riqueza, baixa longevidade e média escolaridade Baixa riqueza, baixa longevidade e alta escolaridade Baixa riqueza, média longevidade e baixa escolaridade Baixa riqueza, alta longevidade e baixa escolaridade |
| Grupo 5 | Baixa riqueza, baixa longevidade e baixa escolaridade |

Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS .

O IPRS, diferentemente de indicadores baseados em critérios normativos, é um indicador relativo, isto é, seus parâmetros de origem são definidos a partir da própria base de dados que lhe dá origem. Em outras palavras, as categorias – *baixa*, *média* e *alta* – que caracterizam os grupos de municípios são definidas segundo a realidade dos 645 municípios, no ano em análise. Por exemplo, para um município ser classificado como de *alta escolaridade*, em 2002, a configuração dos componentes do indicador sintético de escolaridade minimamente desejável era representada pelo escore 56. Assim, todos os municípios que obtivessem, no mínimo, esse escore seriam considerados de *alta escolaridade*. Já em 2004, a distribuição dos municípios mostrou que, para serem considerados de *alta escolaridade*, teriam que atingir o escore 58, e não mais 56. Esse novo valor indica que o cenário considerado bom em 2002 já foi superado por um grande contingente de municípios, em 2004, e os que se destacam em escolaridade já superaram, e muito, os níveis anteriores.

Caso a situação não se altere substancialmente no período considerado, os pontos de corte permanecerão praticamente estáveis. Da mesma forma, uma “piora” da situação dos 645 municípios reduzirá os pontos de corte. Isso ocorreu com o indicador de riqueza municipal no período 2000-2002, devido aos efeitos do racionamento de energia elétrica ocorrido em 2001, pois os níveis de consumo, em 2002, ainda se encontravam abaixo dos registrados em 2000. Assim, praticamente todos os municípios apresentaram redução no indicador sintético, gerando uma alteração negativa no ponto de corte, que passou de 50 para 41 (Tabela 1). Os parâmetros de definição dos valores mínimos e máximos dos três indicadores sintéticos não são relativos, mas estabelecidos segundo os valores normativos ou referentes ao período de 1992 a 1997.⁴

Tabela 1
Parâmetros para a Classificação dos Municípios, por Categoria, segundo
Dimensões do IPRS
Estado de São Paulo
2000–2004

| Dimensões do IPRS | Categorias | | | | | | | | |
|-------------------|------------|--------|--------|---------|---------|---------|-----------|-----------|-----------|
| | Baixa | | | Média | | | Alta | | |
| | 2000 | 2002 | 2004 | 2000 | 2002 | 2004 | 2000 | 2002 | 2004 |
| Riqueza Municipal | Até 49 | Até 40 | Até 42 | - | - | - | 50 e mais | 41 e mais | 43 e mais |
| Longevidade | Até 64 | Até 66 | Até 68 | 65 a 71 | 67 a 72 | 69 a 72 | 72 e mais | 73 e mais | 73 e mais |
| Escolaridade | Até 40 | Até 50 | Até 53 | 41 a 46 | 51 a 55 | 54 a 57 | 47 e mais | 56 e mais | 58 e mais |

Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

Uma descrição geral de cada grupo, para 2004, é apresentada a seguir:⁵

Grupo 1: caracterizado por agrupar municípios com elevado nível de riqueza e bons indicadores sociais, manteve em 2004 a configuração espacial observada nas edições anteriores, ou seja, a maioria de seus municípios estão localizados ao longo dos principais eixos rodoviários do Estado (Vias Anhangüera e Presidente Dutra), que se interceptam no município de São Paulo. Nesse ano, os 73 municípios que compunham este grupo abrigavam 20 milhões de pessoas, ou 51% da população estadual, tornando-o o maior dos cinco grupos em população. Sete, dos dez maiores municípios paulistas, faziam parte dele (São Paulo, São Bernardo do Campo, Santo

⁴ FUNDAÇÃO SEADE. *Índice Paulista de Responsabilidade Social – metodologia*. São Paulo, Fundação Seade, 2004. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/iprs/pdf/metodologia.pdf>.

⁵ Deve-se salientar que as descrições mais gerais são válidas tanto para o período 2000-2004, quanto para 1997 e 1992, que correspondentes às edições anteriores do IPRS.

André, São José dos Campos, Sorocaba, Ribeirão Preto e Santos), além de importantes pólos regionais como Presidente Prudente, São José do Rio Preto, Araçatuba, São Carlos, Araraquara e Bauru.

Grupo 2: engloba localidades que apresentam bons níveis de riqueza que não se refletem nos indicadores sociais, estando aquém dos registrados para os municípios pertencentes ao grupo 1. Os 73 municípios do grupo 2 situam-se principalmente nas áreas metropolitanas do Estado e em seu entorno, sendo que, em 2004, abrigavam cerca de 26% da população, totalizando mais de 10 milhões de habitantes. Analogamente às edições anteriores, identificavam-se, no conjunto desses municípios, três importantes segmentos: 1) municípios industriais, como Mauá, Cubatão, Osasco, Diadema e Guarulhos, localizados em regiões metropolitanas; 2) municípios que abrigam condomínios de alto padrão, como Cotia, Santana de Parnaíba e Itapeverica da Serra; 3) municípios turísticos, tais como Guarujá, São Vicente, São Sebastião, Campos do Jordão e outros. Nesse ano, o município de Campinas, que até 2002 pertencia ao grupo 1, foi classificado nesse grupo. Isso deveu-se à relativa estabilidade do componente de escolaridade, que não apresentou o mesmo desempenho dos demais municípios do Estado.

Grupo 3: municípios com nível de riqueza baixo, mas com bons indicadores nas dimensões escolaridade e longevidade. Este grupo, caracterizado pequenos e médios municípios, englobava 201 municípios com uma população de 2,8 milhões de pessoas em 2004, equivalendo a uma média de 14 mil habitantes por município. Nesse ano, apenas 11 possuíam mais de 50 mil habitantes e somente Marília, Ourinhos e Birigui registravam população superior a 100 mil pessoas. Concentram-se principalmente na região noroeste no Estado, com 152 municípios (75,6% dos municípios do grupo) pertencentes às regiões administrativas de São José do Rio Preto, Presidente Prudente, Marília, Araçatuba e Barretos. É praticamente inexistente a presença desse tipo de município nas regiões metropolitanas do Estado.

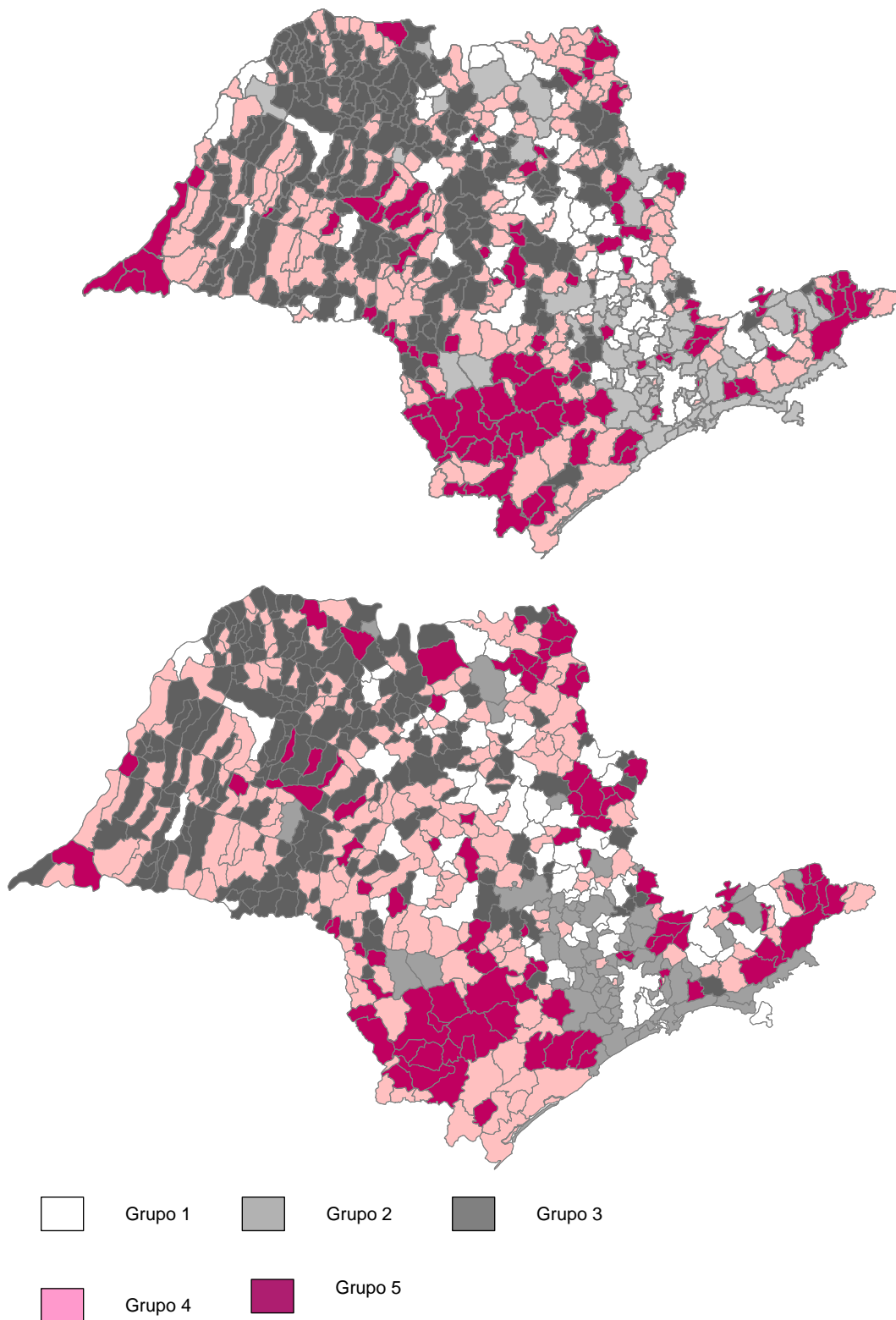
Grupo 4: com 197 municípios e 3,7 milhões de habitantes, em 2004, e é o grupo de municípios que apresenta baixos níveis de riqueza e níveis intermediários de longevidade e/ou escolaridade. É composto por vários municípios dispersos em todas as regiões do Estado, com destaque para áreas tradicionalmente consideradas problemáticas.

Grupo 5: composto por localidades tradicionalmente pobres, caracterizadas por baixos níveis de riqueza municipal, longevidade e escolaridade. Este grupo concentra os municípios mais desfavorecidos do Estado, tanto em riqueza como nos

indicadores sociais. Em 2004, seus 101 municípios englobavam uma população de aproximadamente 2,5 milhões de pessoas, situando-se em áreas bem específicas do Estado, como as regiões administrativas de Sorocaba, São José dos Campos, Franca e Registro, nas quais mais de 30% de seus municípios pertenciam a esse grupo. Juntas, essas regiões englobavam 59 das localidades classificadas no grupo 5, ou seja, aproximadamente 60%.

Esses resultados mostram que, em 2004, manteve-se praticamente inalterado o padrão espacial da heterogeneidade econômica e social existente entre os 645 municípios do Estado de São Paulo. Os dois eixos que acompanham as principais rodovias do Estado e se interceptam no município de São Paulo ainda concentram os municípios com os maiores níveis de riqueza (grupos 1 e 2). O noroeste paulista abriga municípios pequenos e com baixos níveis de riqueza, mas cujas populações possuem bons indicadores sociais (grupo 3). Os do grupo 5, por sua vez, concentram-se nos tradicionais bolsões de pobreza do Estado: Vale do Ribeira, Pontal do Paranapanema e alguns municípios da região da Serra da Bocaina. Apenas os municípios do grupo 4 não apresentam um claro padrão espacial, estando presentes em praticamente todas as regiões do Estado (Mapa 1).

Mapa 1
Municípios Paulistas, segundo os Grupos do IPRS
2002-2004



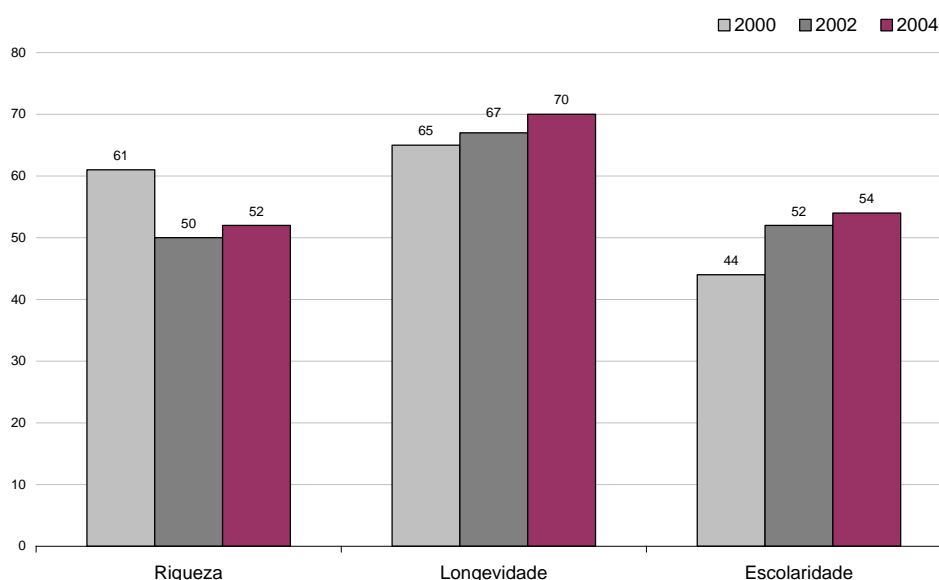
Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

O IPRS no Estado de São Paulo

No período 2000 a 2004⁶ observou-se, para o conjunto dos municípios do Estado de São Paulo, melhora nas dimensões sociais do IPRS. O indicador de longevidade registrou acréscimo de cinco pontos, ao atingir um escore igual a 70 em 2004. Esse resultado expressa a queda da mortalidade infantil, que vem ocorrendo de forma contínua no Estado há pelo menos duas décadas, e o decréscimo da mortalidade adulta, nesses últimos anos. Em escolaridade, o aumento foi mais acentuado – 10 pontos – e decorrente principalmente da ampliação da cobertura da educação infantil e da conclusão do ensino fundamental entre os adolescentes de 15 a 17 anos.

O indicador de riqueza, apesar de se manter abaixo do valor de 2000, apresentou melhora em relação a 2002. Neste ano, praticamente na totalidade dos 645 municípios do Estado, os níveis de consumo de energia elétrica ainda se encontravam abaixo daqueles registrados em 2000, tanto o residencial quanto os relacionados à importantes setores da economia, o que implicou desempenho desfavorável do indicador sintético de riqueza municipal no período.

Gráfico 1
Dimensões do IPRS
Estado de São Paulo
2000-2004



Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

⁶ Os anos que aparecem nos gráficos e texto relacionam-se com os anos de referência do IPRS. Para as dimensões de riqueza e escolaridade, esses anos coincidem com os de referência das variáveis originais. Na longevidade, para o IPRS-2000, as taxas de mortalidade referem-se à média do período 1999-2001, para o IPRS-2002, à média do período 2001-2003 e para o IPRS-2004, à média do período 2003-2005. Para a escolaridade, utilizaram-se as informações do Censo Escolar de 2003 para compor o indicador referente a 2004.

Riqueza

Tomando-se as variáveis que compõem a dimensão riqueza do IPRS,⁷ para o total do Estado de São Paulo, observa-se, no período 2002-2004, o seguinte comportamento:

- o consumo anual médio de energia elétrica por ligação na agricultura, no setor serviços e comércio aumentou de 13,8 MW para 15,4 MW;
- o consumo anual médio de energia elétrica por ligação residencial registrou pequeno aumento, passando de 2,1 MW para 2,2 MW, porém, ainda se encontrava abaixo dos níveis de 2000;
- o rendimento médio dos assalariados do setor formal manteve estável em R\$ 1.277;
- o valor adicionado fiscal *per capita* decresceu de R\$ 10.925 para R\$ 10.161;

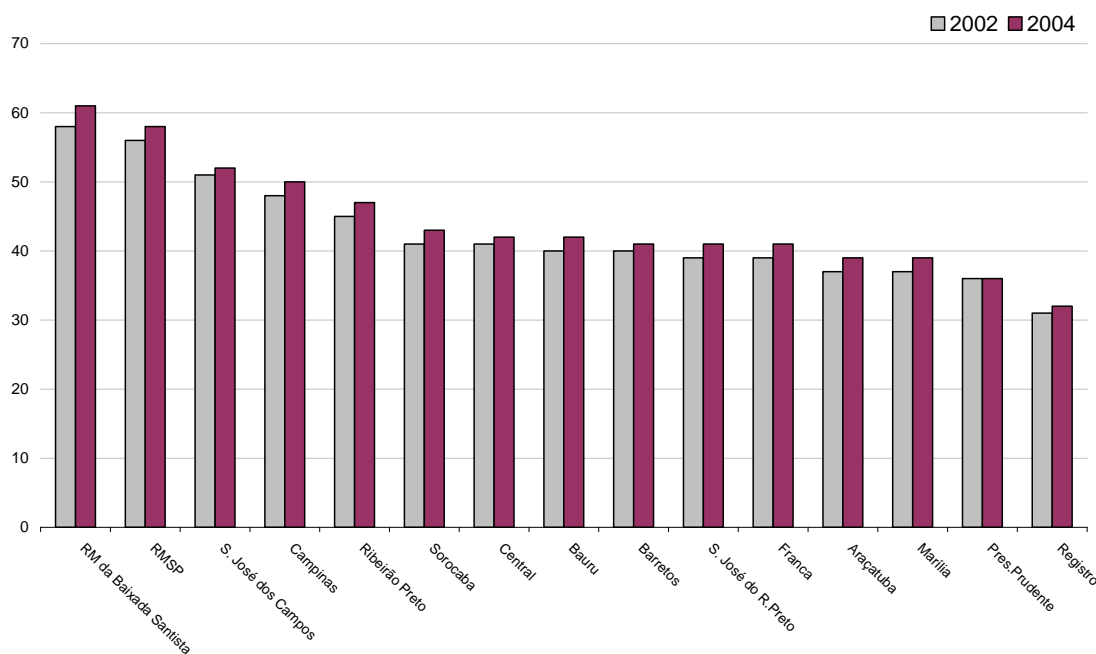
A análise dos componentes do indicador de riqueza municipal mostrou que, em 2004, o consumo de energia elétrica apresentou aumento em relação a 2002, mas ainda ficou abaixo do patamar de 2000. O consumo residencial equivalia a aproximadamente 81% do valor observado em 2000, enquanto nos setores primário e terciário da economia essa razão era de 94%. Por seu turno, o componente associado à renda das famílias – rendimento médio dos assalariados do setor formal – manteve o poder de compra, no período 2002-2004, apesar do decréscimo observado no valor adicionado fiscal *per capita*.

Praticamente todas as 15 regiões administrativas (RA) do Estado apresentaram progressos no indicador de riqueza municipal, no período 2002 a 2004. Apenas a região de Presidente Prudente mostrou-se estável nesse indicador. A Região Metropolitana da Baixada Santista permaneceu em primeiro lugar no *ranking* de riqueza, conseqüência, em parte, da forma de cálculo do consumo de energia elétrica por ligação residencial para os municípios turísticos. A Região Metropolitana de São Paulo vem em segundo lugar, seguida de São José dos Campos. Analogamente a 2002, as regiões mais bem posicionadas nessa dimensão constituem regiões metropolitanas ou estão situadas nos eixos das Rodovias Anhangüera e Presidente

⁷ As variáveis monetárias estão expressas em reais de 2004. O rendimento médio do setor formal foi inflacionado pelo Índice de Custo de Vida (ICV), do Dieese, e o valor adicionado fiscal *per capita* foi corrigido pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas.

Dutra. As regiões que obtiveram os menores escores de riqueza foram, em ordem crescente, Marília, Presidente Prudente e Registro (Gráfico 2).

Gráfico 2
Dimensão Riqueza
Regiões Administrativas do Estado de São Paulo
2002-2004



Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

Longevidade

O Estado de São Paulo apresentou progressos importantes na dimensão longevidade, que podem ser observados pelo comportamento dos componentes dessa dimensão, entre 2002 e 2004:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 15,3 óbitos para 14,2;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) decresceu de 16,8 óbitos para 15,2;
- a taxa de mortalidade de pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) reduziu-se de 2,0 óbitos para 1,7;
- a taxa de mortalidade das pessoas de 60 anos ou mais (por mil habitantes) variou de 38,9 para 38,7 óbitos;

Entre 2002 a 2004, a queda relativa da mortalidade infantil foi de 7%, o que levou a uma taxa de 14,2 mortes por cada mil nascidos vivos no Estado em 2004.

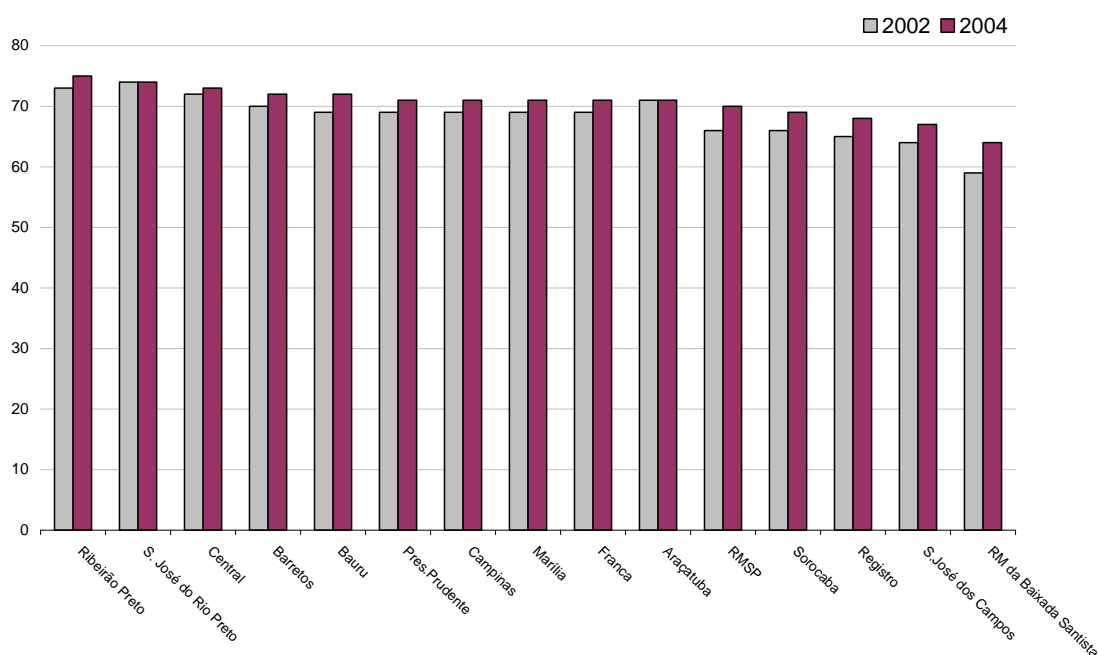
Neste ano, segundo o IBGE, no Brasil a taxa era de 26,6 óbitos, ou seja, quase o dobro da observada no Estado de São Paulo.

Quando se comparam os demais Estados brasileiros, para 2003, apenas Santa Catarina (14,1 óbitos por mil nascidos vivos) e Distrito Federal (13,3) apresentavam taxas de mortalidade infantil inferiores à paulista (15,2). Entre os Estados da região Sudeste, o que mais se aproxima de São Paulo é o Espírito Santo (16,4). Nas demais regiões brasileiras, com exceção do Sul (15,8), os coeficientes de mortalidade infantil ainda são muito elevados: 26,2 óbitos no Norte, 35,5 no Nordeste e 18,7 no Centro Oeste.⁸

Os progressos nesta dimensão foram generalizados sob a ótica regional, embora com intensidades diferentes nas 15 regiões administrativas. Merecem destaque as regiões metropolitanas da Baixada Santista e de São Paulo um aumento relativo superior a 6% do escore observado em 2002. Esse resultado é consequência da queda da mortalidade infantil e, principalmente entre as pessoas com idade entre 15 a 39 anos. Essa última reflete a redução dos índices de mortes por causas externas (homicídios, acidentes de trânsito e outros), que vem ocorrendo nesses centros nos últimos anos. A RA de Registro apresentou uma importante diminuição na taxa de mortalidade infantil, passando de 17,1 mortos por mil nascidos vivos, em 2002, para 14,4, em 2004, praticamente igualando-se à média estadual. Ribeirão Preto e São José do Rio Preto mantiveram-se nas primeiras posições em 2004, respectivamente, primeiro e segundo lugar no indicador de longevidade.

⁸ Para permitir a adequada comparação entre os Estados brasileiros, adotou-se para todos, inclusive São Paulo, a estatística oficial disponível mais recente: as taxas de mortalidade infantil estimadas pelo Ministério da Saúde (Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc) e Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e IBGE (Estimativas demográficas), para 2003, publicadas no site <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibd2004/c01.htm>>.

Gráfico 3
Dimensão Longevidade
Regiões Administrativas do Estado de São Paulo
2002-2004



Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

Escolaridade

No que diz respeito à dimensão escolaridade, o escore médio passou de 52 para 54, entre 2002 e 2003. Tal evolução pode ser mais bem apreendida pelo comportamento das variáveis componentes desta dimensão:

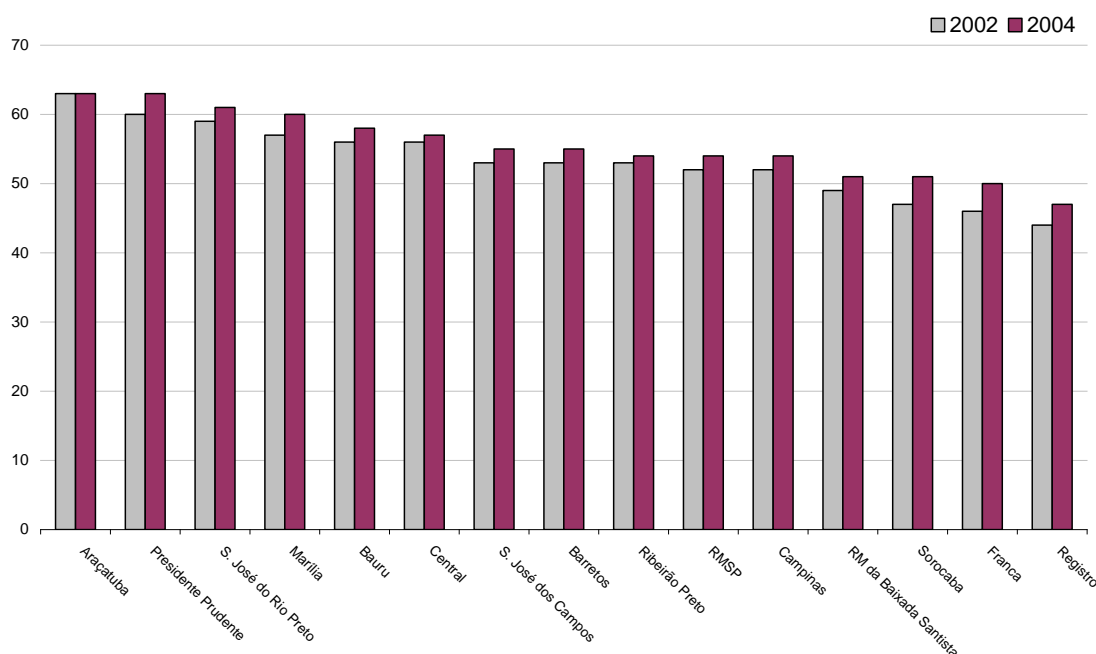
- a proporção de jovens de 15 a 17 anos de idade com ensino fundamental completo manteve-se estável, passando de 68,1% para 68,3%;
- a parcela das pessoas com 15 a 17 anos com pelo menos quatro anos de estudo aumentou de 94,5% para 98,0%;
- o percentual de jovens de 18 e 19 anos com ensino médio completo variou de 37,8% para 37,6%;
- a proporção de crianças de cinco a seis anos freqüentando a pré-escola aumentou de 75,1% para 77,0%;

Esses resultados mostram que o ensino fundamental e a educação infantil continuam com um bom desempenho, com destaque para a cobertura da educação infantil, que avança rapidamente nos 645 municípios do Estado. O ensino médio, no entanto, apresenta desempenho bem mais modesto, encontrando-se muito longe do

ideal, com baixos níveis de conclusão na faixa etária considerada, podendo ser consequência do atraso escolar, ainda presente no sistema educacional do Estado de São Paulo.

Com exceção de Araçatuba, todas as demais regiões administrativas apresentaram ganhos no indicador de escolaridade. As regiões com os maiores crescimentos foram Sorocaba, Franca, Registro, Marília e Presidente Prudente. No *ranking* de escolaridade, as posições das RAS praticamente não se alteraram em relação a 2002, com Araçatuba mantendo a primeira posição, apesar de registrar mesmo escore médio observado em 2002.

Gráfico 4
Dimensão Escolaridade
Regiões Administrativas do Estado de São Paulo
2002-2004



Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

Dos resultados apresentados, confirma-se mais uma vez o acerto do paradigma do desenvolvimento humano, adotado pelo IPRS, que considera insuficiente o uso exclusivo da renda como medida das condições de vida da população, uma vez que são freqüentes os casos de regiões bem posicionadas na dimensão riqueza, mas com sofríveis indicadores sociais, como, por exemplo, a Região Metropolitana de Baixada Santista. A situação inversa também ocorre, como no caso de São José do Rio Preto, que, apesar de ocupar a décima posição em

riqueza, é a segunda classificada na dimensão longevidade e a terceira em escolaridade.

No período 2002 a 2004, a despeito da manutenção do padrão espacial, os municípios pertencentes ao Vale do Ribeira apresentaram significativas melhoras nos indicadores sociais, o que confirma a importância de políticas públicas adequadas para áreas em situação econômica desfavorável. Merece destaque também a região do Vale do Paraíba, com o aumento do número de municípios que passaram a ser classificados no grupo 1 do IPRS: de apenas dois, em 2002, para sete em 2004, sendo que entre eles encontram-se alguns dos mais populosos da região.